

Editorial

Escrever continua sendo um caminho de preservação de memórias. Da mesma forma, o ato de publicar e distribuir essa publicação acaba sendo uma alternativa para garantir que o conhecimento seja socializado e possa ser acessado sempre que se quiser fazer uso dele ou questionar o valor de verdade nele inscrito. Isso é também preservação de memória e reconhecimento de que os acontecimentos estão sempre relacionados a determinadas condições de sua realização, a determinadas condições de produção.

Se se voltar o olhar para o tempo presente e para sua produção cultural, duas constatações são bem claras: primeiro, há um descaso com a memória cultural e social e um desprezo pelos bens culturais, cujo valor maior não possa ser contabilizado em moeda corrente; não se pensa no valor dos fatos, da produção cultural e dos monumentos como condições de produção dos acontecimentos, o que leva a afirmações como “sem memória” para descrever um tempo e uma sociedade que não tem consciência de que nada ocorre por si só e fora de uma teia que enreda um sem número de fatos outros, de acontecimentos, de edificações e produções culturais; segundo, há uma ilusão alimentada pelas conquistas tecnológicas do presente, que endeusa essas mesmas conquistas sem a garantia de que elas possam ter um mínimo de sobrevivência para que possam ser transformadas em memória cultural, ou para que possam ser responsáveis pela preservação dessa mesma memória; a

construção de uma cultura virtual pode não resistir como resistiram as colunas gregas, os manuscritos de Homero ou de Camões, a arte rupestre nas cavernas da Serra da Capivara ou as pedras polidas e cidades dos povos da América pré-colombiana; um clique apenas pode fazer o desaparecimento por completo dessa cultural virtual do presente.

Nesta visão da fugacidade e vulnerabilidade do virtual, mas sem desprezá-lo ou desmerecê-lo, é que **Evidência** lança sua sexta edição impressa e projeta não só sua continuidade nesses moldes, mas também sua existência virtual como forma de encurtar caminhos e de apropriar-se das conquistas tecnológicas do tempo presente.

Projetada para atender aspirações no campo da educação, mas sem limitar-se aos problemas de escola e de sala de aula, **Evidência** vem evoluindo a cada edição e ajustando-se aos desafios cada vez mais novos das investigações que têm sido feitas e confirmando-se como veículo de divulgação da produção científica que atende ao que está prescrito na proposta da revista, desde sua origem: *olhares e pesquisa em saberes educacionais*. Se em sua edição primeira foi possível organizar os artigos em áreas de conhecimento bem claras: Pedagogia, Letras, Matemática, História..., nesta edição de número seis, já não se tem mais essa possibilidade. Os artigos foram organizados levando em consideração os que mais se referem à educação escolar para que pudessem ser colocados primeiro, mas, mesmo assim, sem um engessamento dessa organização, pois a reflexão e a produção científica não podem merecer nenhuma forma de seleção ou classificação que possa interferir no valor desta mesma produção. Ao mesmo tempo, deve-se considerar que o “rigor científico” não confirma a isenção do sujeito em nenhuma atividade de pesquisa, porque qualquer escolha ou decisão é motivada; qualquer escolha implica também e obrigatoriamente em renúncia.

O primeiro artigo é uma visita à memória da implantação do Ensino Superior em Araxá. Nele, Luciano Marcos Curi aborda um período que vai de 1965 a 1975, exatamente, das origens das preocupações araxaenses com o Ensino Superior até a sua implantação e formação da primeira turma de graduados. Para os leitores é uma visita a uma cidade e sociedade que amadurece ao completar seu primeiro centenário de emancipação como município. Aspirações, dificuldades, sonhos sonhados das mais diferentes categorias e, por fim, a realização de um projeto ao embarcar nas propostas do Governo Federal, que favorecia a multiplicação das Faculdades de Filosofia para a qualificação de professores, possivelmente por exigência e ingerência externa, pois o Brasil vivia um Estado de Ditadura e precisava mostrar uma cara mais amena para a comunidade externa, notadamente a europeia, embora, internamente não se queria o desenvolvimento e crescimento da

consciência dos brasileiros do ponto de vista de cultura e cidadania.

O segundo artigo traz o olhar de um Orientador Educacional de escola pública estadual, Hermes Honório da Costa, que tem a oportunidades de trabalhar em um turno escolar com 350 alunos e 18 professores e ali presenciar e compartilhar os desafios e angústias destes alunos e professores frente a um Estado que manipula a todo custo esta fatia da sociedade, incluindo a comunidade de pais envolvida. Piso salarial abaixo do salário mínimo vigente e uma legislação que condiciona e sujeita os professores a um exercício escravo das funções de magistério e os alunos ao alcance de um grau de escolaridade sem os devidos conhecimentos e condições de acesso crítico ao exercício da cidadania. Ele toma dois fatos escolares concretos e os examina do ponto de vista do discurso e de suas armadilhas, mostrando que o poder dominante sabe muito bem forçar a reprodução das condições de produção e manutenção deste mesmo modelo de Estado e de sociedade.

Na sequência, Maria Celeste de Moura Andrade volta seu olhar para a Escola e para as estruturas de dominação social e analisa, de forma concisa e clara, o fato da reprodução de modelos desejados. Ela mostra a produção e reprodução do modelo do feminino a partir da escola. Tal qual o artigo anterior, os referenciais teóricos perpassam pelos estudos foucaultianos e althusserianos no que diz respeito à manipulação da mentes e à reprodução dos modelos vigentes e desejados de sociedade e organização e distribuição de poder.

Ivana Guimarães Lodi e Célio Hely Cury Júnior voltam-se para a questão do exercício da docência. A primeira toma os desafios da ética e as contradições que podem ser captadas no dia a dia das atividades docentes e o segundo volta-se para a construção das subjetividades na prática da docência e de como a qualidade de vida pode ser afetada e prejudicada no trabalho docente. Ambos transitam, também pelas influências do poder dominante e seu império de dominação das pessoas e de imposição das reproduções tanto dos modelos de poder e dominação, quanto da produção material, intelectual e das condições de sobrevivência das estruturas de dominação. E, é claro, a visão que apresentam passa pela Escola em todos os níveis.

O artigo seguinte, de número seis, aborda ainda a questão da docência, lançando interrogações e levantando dúvidas sobre os programas de educação continuada do Governo Federal e de como essa modalidade de educação chaga aos níveis estadual e municipal. Fabíola Cristina Melo parte de experiências vividas em uma Secretaria Municipal de Educação, trabalhando exatamente no Setor Pedagógico e tomando consciência de como tramita e transita todos os elementos deste projeto de educação continuada, desde a primeira decisão

em instâncias superiores até os resultados nas bases e na prática dos professores. Ela levanta questões e aponta que é preciso mudar e refinar essa realidade, porque os resultados não correspondem aos custos de todas as ordens. Na sequência, e com base também em experiências vividas, Maria de Lourdes Ribeiro Gaspar aborda o FUNDEB e seus efeitos na Educação Infantil. Ela faz uma análise da relação “custo-benefício”, ou seja, de como os investimentos não correspondem com a qualidade de ensino realizada. Ambas articulistas colocam em xeque esse universo de projetos de governo que não dão os resultados desejados, sobretudo pela sociedade. E ficam as dúvidas e as interrogações sobre os próprios projetos de governo e sobre a meta desses projetos na pergunta se realmente eles visam à educação das crianças e jovens e ao desenvolvimento cultural da sociedade.

O artigo de número oito, assinado por Elnora Maria Gondim Machado Lima e por Osvaldino Marra Rodrigues, volta a reflexão para o campo da Filosofia e faz uma análise do pensamento de dois filósofos, Rawls e Lévinas. Ao analisar o pensamento destes filósofos, os articulistas fazem uma abordagem da sociedade no tempo presente à luz desses autores para defenderem a necessidade de novas posições frente ao homem e suas relações éticas. E terminam, de certa forma, defendendo a necessidade de rever e incrementar o ensino da filosofia. Por fim, e para ilustrar suas posições, chegam a conclusões desta ordem: “constatamos que, através da junção da justiça como equidade e da alteridade levinasiana, é plausível poder se pensar, através do ensino de filosofia, uma nova forma de construir uma sociedade mais humana exatamente definindo que tipo de homem, de ética e de instituição nós queremos”. Estes articulistas, com sua abordagem, chamam o leitor para a discussão dos problemas atuais da sociedade, abrindo uma fresta para a saída que todos procuram, em um tempo e em uma sociedade altamente marcada pelo desolamento e deslocamento dos seus próprios desejos e dos seus melhores sonhos.

O artigo nono é assinado pelo professor e administrador Agenor Manoel de Carvalho. Nele, o autor volta-se para o desenvolvimento da tecnologia e para as questões de mercado de trabalho, tendo como cenário o ambiente de produção. Como ele, em sua formação e exercício profissional, percebe claramente os desafios que a sociedade enfrenta, na atualidade, dominada pelo capital, iludida pelos avanços tecnológicos e sedenta pelo aproveitamento da força de trabalho e de transformação do próprio homem. Acaba por fazer uma visita à história dessa mesma sociedade ao longo de séculos e milênios e, nesta trajetória, descobrir as diversas inserções do homem no mercado de trabalho e os seus graus de realização como ser no mundo. No final, aponta o caminho da educação como possível saída para os trágicos impasses experimentados no momento e como alternativa

para a solução das relações de trabalho e das relações humanas no trabalho. Uma das conclusões a que chega é a de que “a formação do trabalhador em educação, a baixa escolarização e os investimentos em educação constituem-se em um grande problema para a produção”.

O décimo artigo, pela ordem de publicação nesta edição de **Evidência**, vem enriquecer este periódico com a participação portuguesa da Prof^a. Anabela Moura. À luz da manifestação discursiva de um universo de sujeitos, ela analisa a posição manifestada sobre identidade nacional, como contribuição para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem. Além da importância de seu trabalho do ponto de vista discursivo e pedagógico, acrescenta-se que ele ganha um valor mais significativo ainda pela metodologia utilizada: um trabalho de investigação coletivo e que envolve três países diferentes: Inglaterra, Portugal e Turquia. Assim, além das conclusões a que cada pesquisador pode chegar, ainda têm eles a oportunidade de comparação e conclusão com foco nos resultados para cada país.

O penúltimo artigo também transita pelo espaço da Análise de Discurso. Gustavo Feliz Grizutti reúne um *corpus* constituído por publicações jornalísticas, analisa esse material e chega a várias conclusões. Ideologia, democracia e poder são os referenciais em destaque nesta análise que empreende. Entre as conclusões a que chega o autor, pode-se destacar que: (i) “La participación popular, los sindicatos, la movilización, los “cacerolazos” o bien los piquetes/ros funcionarios no tienen puerta de entrada ni de salida en la antigua Ley fundamental liberal de 53’ porque carecen de la idoneidad que era la única condición, por supuesto ambigua y polifónica, de la vieja guardia para ocupar cargos públicos.” (ii) “Las fuerzas más desarmadas” con aquella constitución antigua y subyacente del Corpus, obviamente son “los otros”: las mayorías “maximalistas” las excluidas de la democracia participativa y del Estado Democrático de Derecho.” Seu trabalho deve ser lido e discutido como contribuição oferecida para as discussões sobre ideologia e poder e como estas realidades se apresentam e ganham corpo no que está publicado na mídia impressa.

O artigo que fecha esta edição de **Evidência** discute o conceito de “modernidade”. Edenir Vitória de Araújo Santos apresenta uma visão crítica do que é chamado de modernidade, mostrando que ela não está clara do ponto de vista de conceito, de tempo histórico e de abrangência, e defende que é preciso rever os conceitos e a prática da modernidade, pois, como é abordada e referencializada, não atende a realidade social e política da atualidade, especialmente no que diz respeito a seus princípios básicos: liberdade, fraternidade e igualdade. A autora conclui que “O projeto do Estado moderno desmantelou-

se, pois o mercado é o maior causador de sofrimento. Para o “outro” (o mercado) não há tolerância, e as oportunidades serão sempre diferenciadas”.

Por fim, limito a afirmar, em forma de comemoração, que **Evidência** cumpre sua missão como canal de divulgação do fazer científico, e que, apesar de Foucault ter anunciado a “morte do autor”, nós escrevemos para nos tornar “memória”, para não morrer; e, neste sentido, **Evidência** torna-se fonte de vivificação.

Portanto, que todos tenham uma leitura cada vez mais desafiante.

Prof. M.e Hermes Honório da Costa

- editor -

*** Prof. M.e Hermes Honório da Costa**

Currículo - <http://lattes.cnpq.br/4639297417731922>

Endereço eletrônico: hermes@uniaraxa.edu.br; hermeshc@gmail.com